

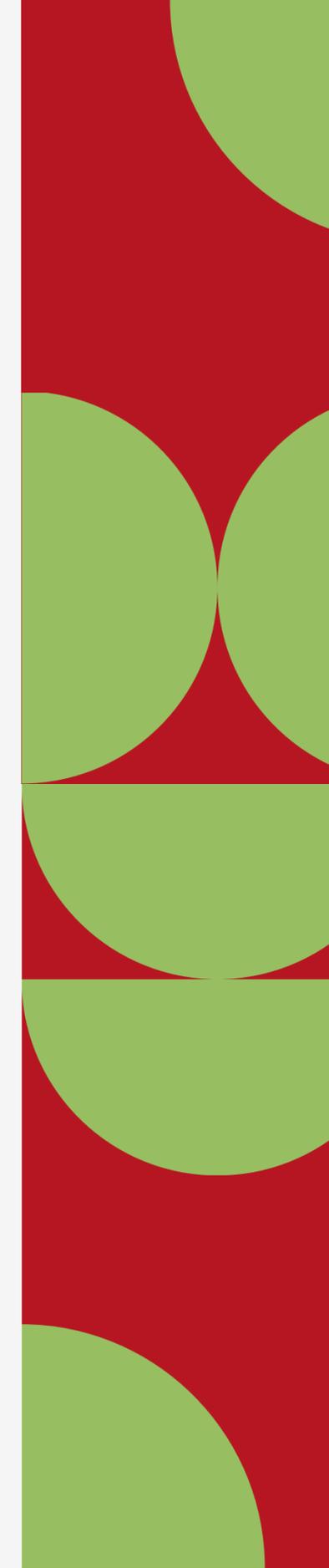


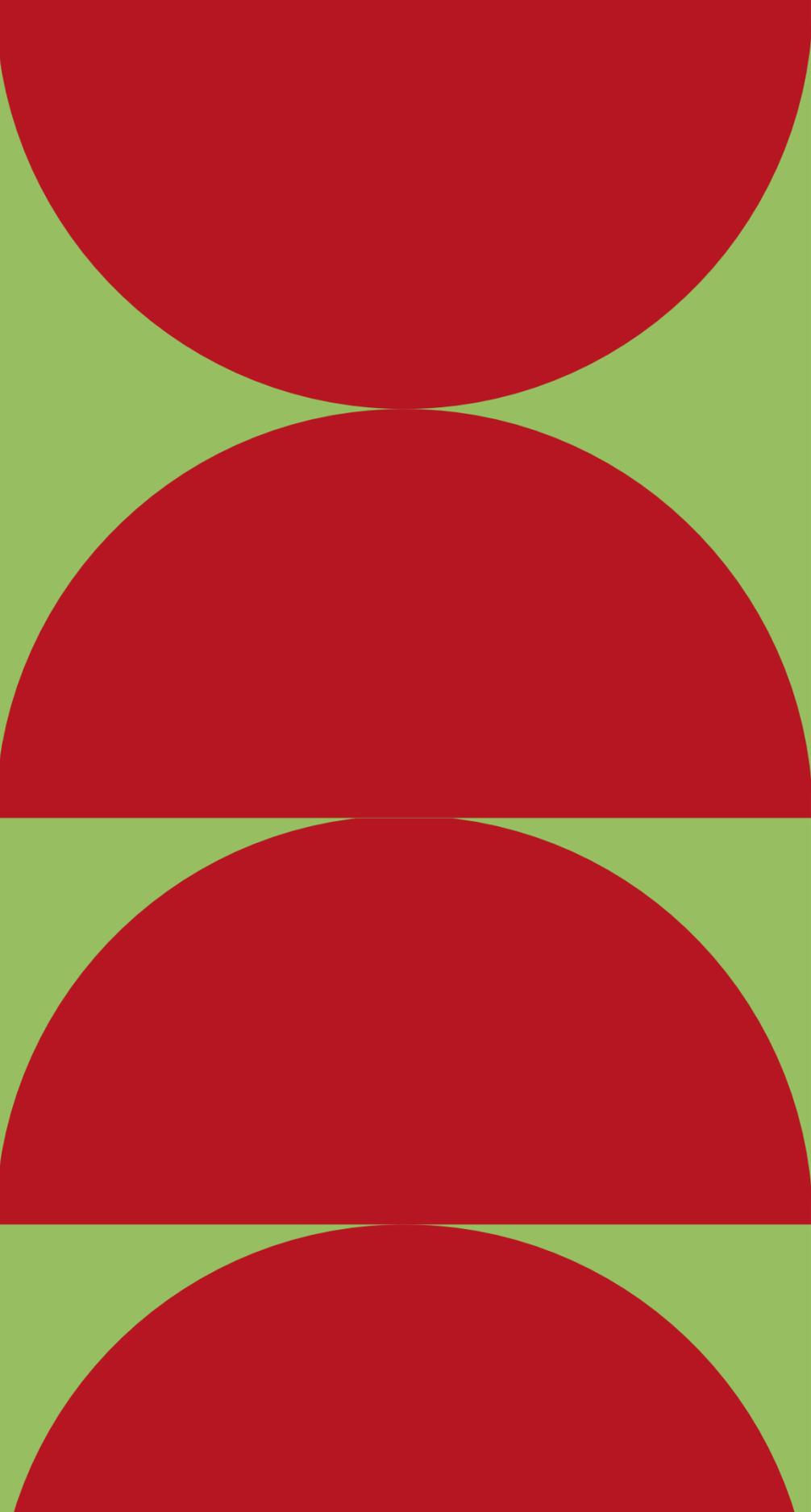
**FÓRUM NACIONAL
DE EDUCAÇÃO**

Análise do Projeto de Lei nº 2.614/2024 à luz do Documento Final da Conae/2024

Audiência Pública no Senado | Fórum Nacional de
Educação – 08/04/2025

A Conae/2024 visou a participação representativa dos segmentos educacionais e setores da sociedade civil na elaboração do PNE, incluindo diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio. Após a Conae/2024, o FNE sistematizou as decisões das plenárias dos sete eixos da conferência e aprovou o texto final, que foi entregue ao Ministério da Educação (MEC).





O documento destaca a importância da participação social na formulação de políticas públicas e apresenta os resultados em duas partes: análises gerais e análises comparativas. Neste sentido, o FNE produziu um documento de análise do PL 2614/24 com o intuito de orientar as discussões e posicionamento em relação ao Plano Nacional de Educação.

Eixo 1 – Sistema Nacional de Educação

Análise Geral

O Eixo 1 debateu a instituição do Sistema Nacional de Educação (SNE) e sua vinculação aos planos decenais estaduais, distrital e municipais. O documento final da Conae ratificou a urgência de instituição do SNE e de regulamentação da cooperação federativa em educação. O Projeto de Lei não apresenta essa configuração, sendo necessário que o debate e a tramitação do PNE aconteçam de maneira articulada com o SNE.

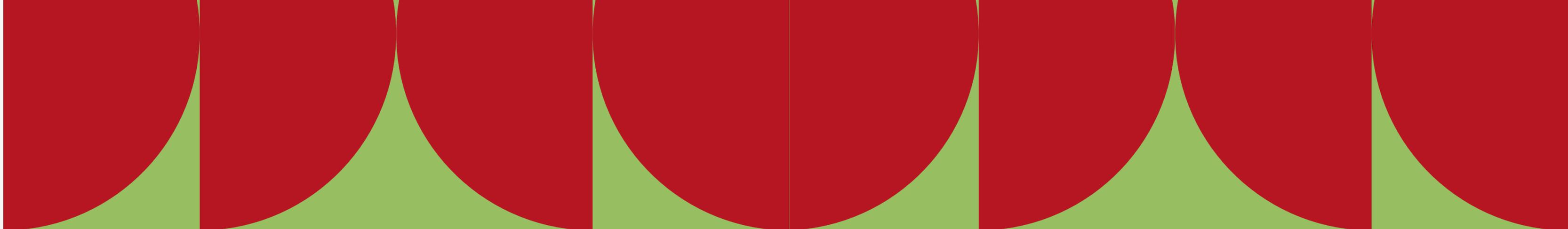


Eixo 1 – Sistema Nacional de Educação

Análise Comparativa

O Projeto de Lei vincula-se parcialmente à Conae, reforçando diretrizes basilares para os planos decenais de educação. No entanto, não explicita a articulação com o SNE, sendo necessário garantir a instituição do SNE no prazo de um ano após a aprovação do PNE.

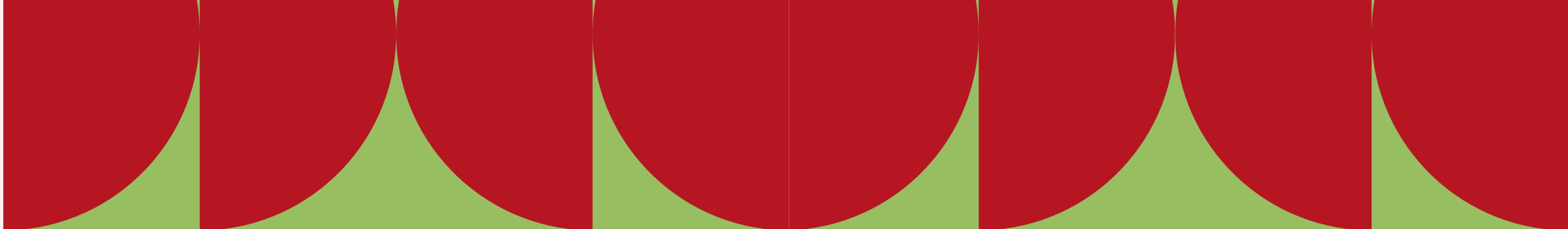




Eixo 2 – Acesso, Permanência e Conclusão

Análise Geral

O Eixo 2 abordou a garantia do direito à educação de qualidade, com acesso, permanência e conclusão em todos os níveis, etapas e modalidades. O documento destaca preocupações com prazos para universalização da pré-escola e atendimento em creches, além de questões relacionadas à educação do campo, indígena e quilombola. Também aborda a necessidade de políticas de educação integral e de enfrentamento das desigualdades.



Eixo 2 – Acesso, Permanência e Conclusão

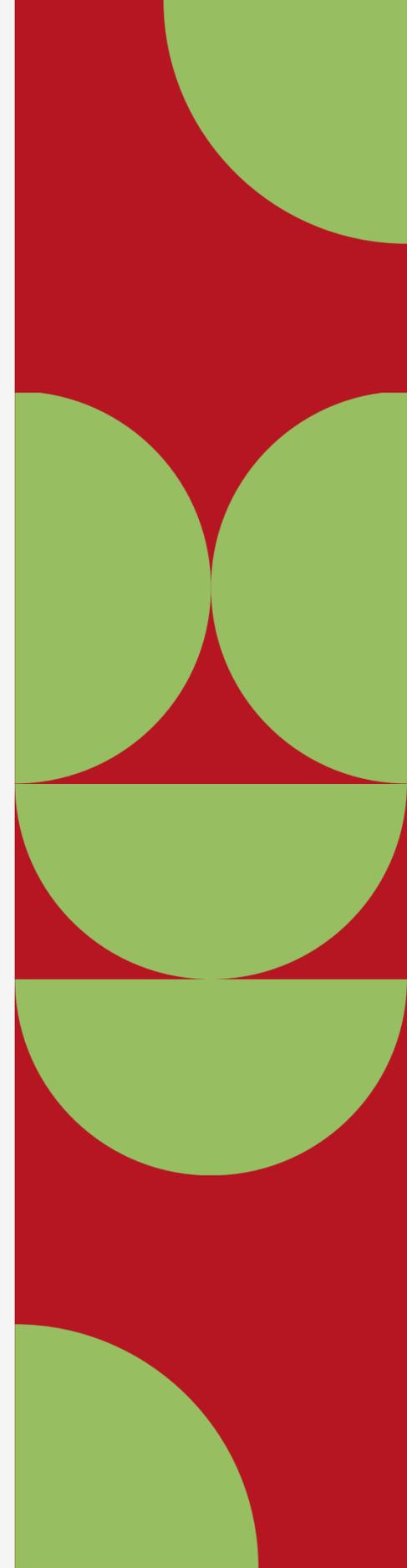
Análise Comparativa

O Projeto de Lei apresenta avanços e retrocessos em relação ao documento da Conae. Destaca-se a necessidade de políticas de educação integral, enfrentamento das desigualdades e garantia de acesso, permanência e conclusão em todos os níveis e modalidades.

Eixo 3 – Direitos Humanos e Diversidade

Análise Geral

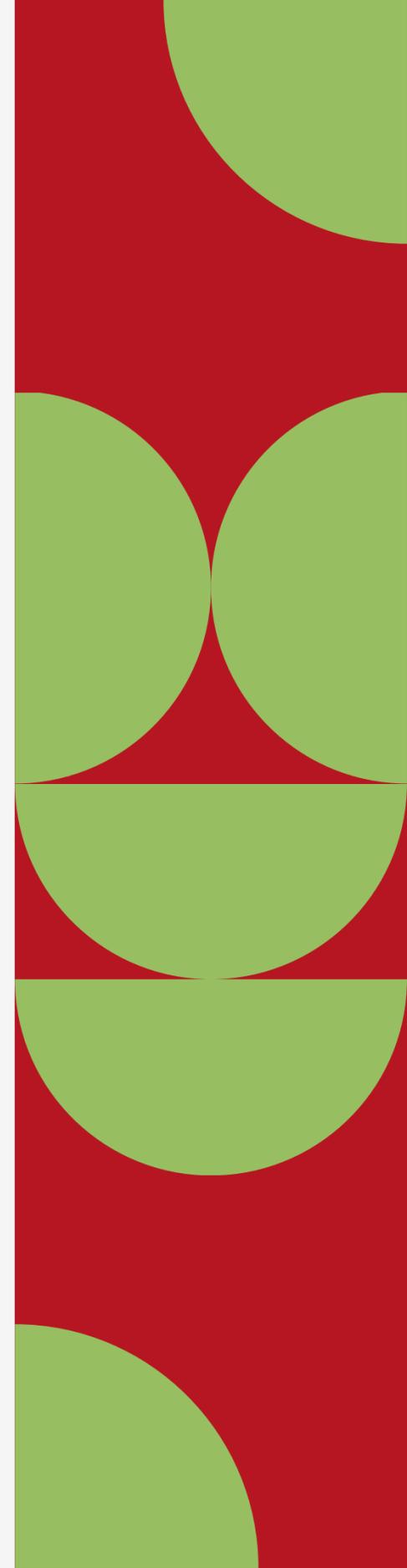
O Eixo 3 focou na garantia do direito à educação para todas as pessoas, com combate às desigualdades, discriminação e violência. O documento enfatiza a importância de uma educação pública democrática, laica e de qualidade social, com equidade e justiça social. Destaca a necessidade de enfrentar altos índices de evasão escolar e garantir que cada escola seja um território de direitos.



Eixo 3 – Direitos Humanos e Diversidade

Análise Comparativa

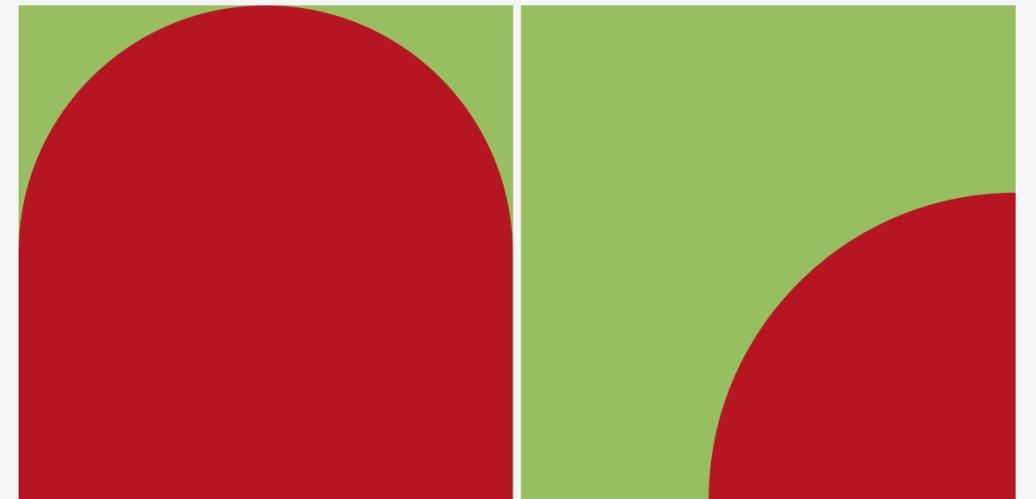
O Projeto de Lei apresenta avanços significativos, como a inclusão da educação escolar indígena, quilombola e do campo. No entanto, há limites e silenciamentos em questões de gênero e racismo, sendo necessário enfrentar esses desafios com mais ênfase.



Eixo 4 - Gestão Democrática e Participação

Análise Geral

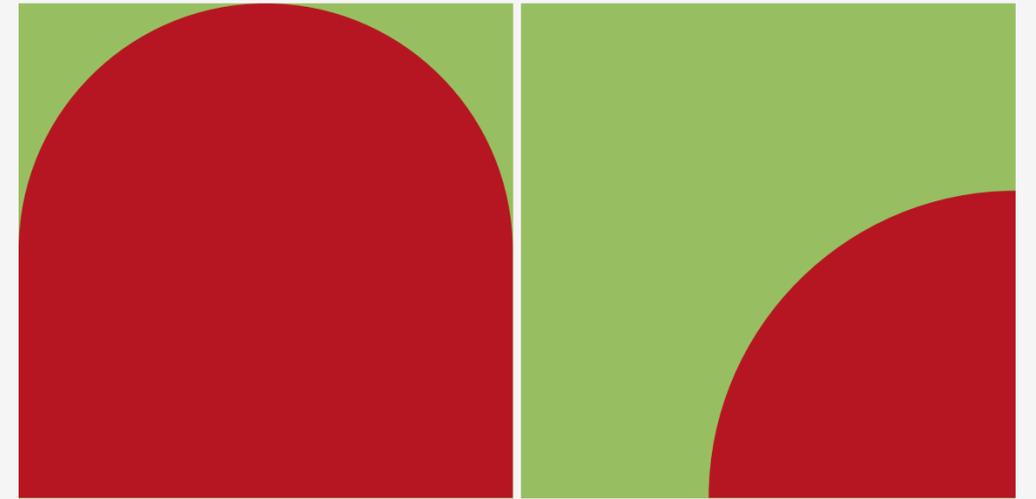
O Eixo 4 discutiu a gestão democrática, regulamentação, monitoramento, avaliação e participação social nos processos de decisão. O documento destaca a importância da gestão democrática em todas as etapas e modalidades, e a necessidade de fortalecer espaços participativos como grêmios estudantis e associações de pais e mestres.

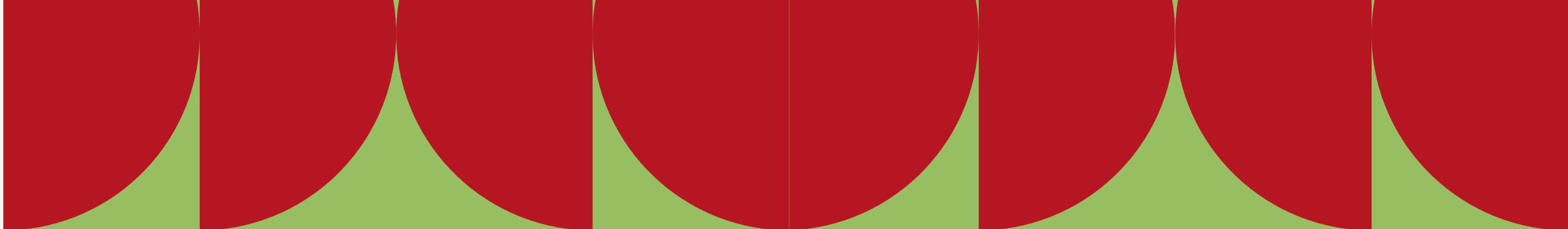


Eixo 4 - Gestão Democrática e Participação

Análise Comparativa

O Projeto de Lei adota a mesma concepção do PNE anterior em relação aos diretores escolares, prevalecendo critérios técnicos de mérito e desempenho. É necessário fortalecer a gestão democrática e criar metas específicas para espaços participativos.

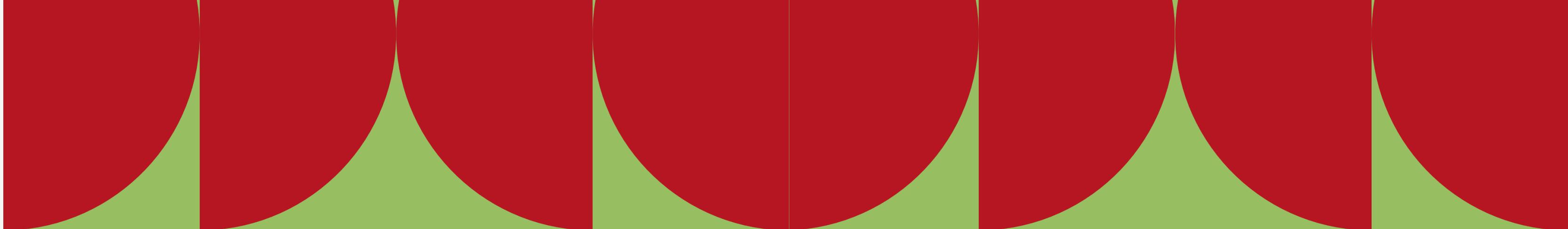




Eixo 5 – Valorização de Profissionais da Educação

Análise Geral

O Eixo 5 abordou a valorização dos profissionais da educação, incluindo formação inicial e continuada, piso salarial, carreira e condições de trabalho. O documento destaca a necessidade de políticas de valorização, concurso público como forma de ingresso na carreira, e formação continuada para atender especificidades das modalidades da educação básica.



Eixo 5 – Valorização de Profissionais da Educação

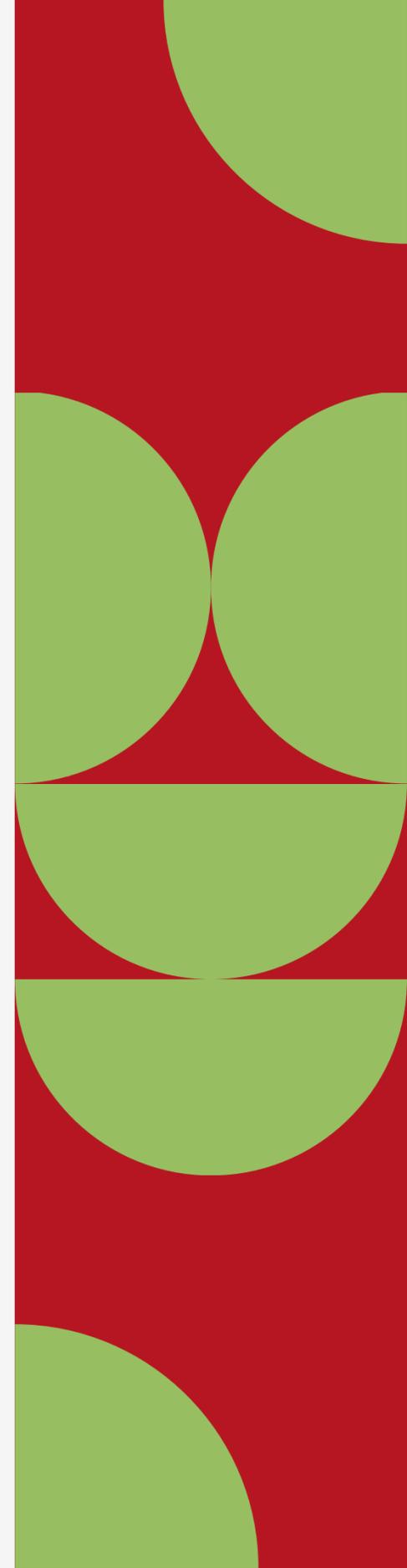
Análise Comparativa

O Projeto de Lei apresenta elementos em consonância com o documento da Conae, como a valorização dos profissionais da educação e a formação continuada. No entanto, há lacunas importantes que precisam ser preenchidas, como a regulamentação da remuneração e a diminuição da relação numérica de alunos por turma.

Eixo 6 – Financiamento Público

Análise Geral

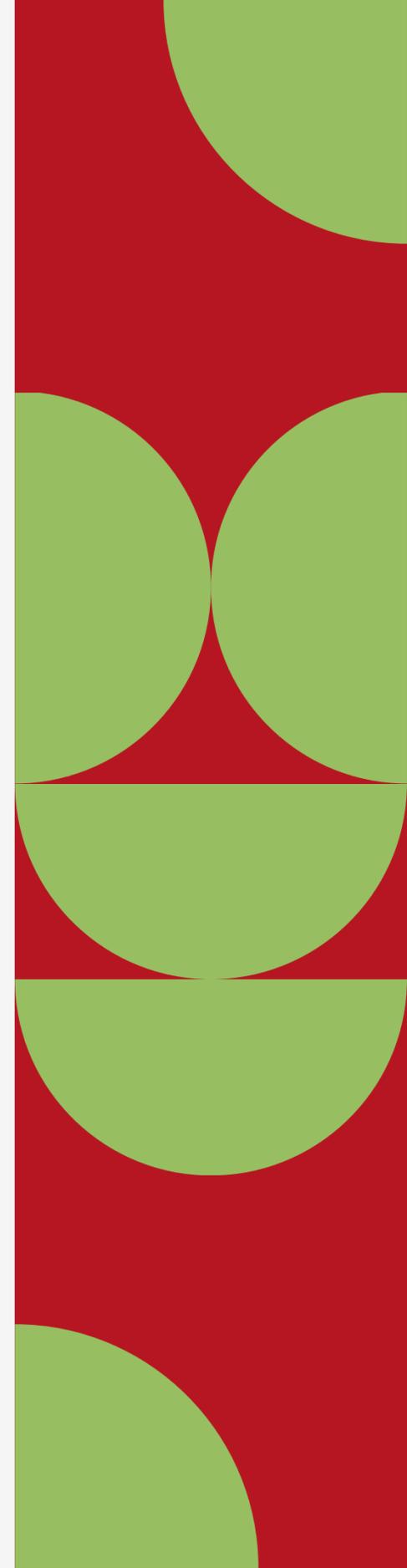
O Eixo 6 discutiu o financiamento público da educação, com controle social e garantia de condições adequadas para a qualidade social da educação. O documento destaca a necessidade de ampliar o investimento público em educação, atingir 10% do PIB ao final do decênio, e implementar o Custo Aluno Qualidade (CAQ).



Eixo 6 – Financiamento Público

Análise Comparativa

O Projeto de Lei apresenta metas de investimento público em educação, mas não explicita fontes de recursos financeiros. É necessário garantir a implementação do CAQ e definir claramente as fontes de financiamento.



Eixo 7 – Desenvolvimento Socioambiental Sustentável

Análise Geral

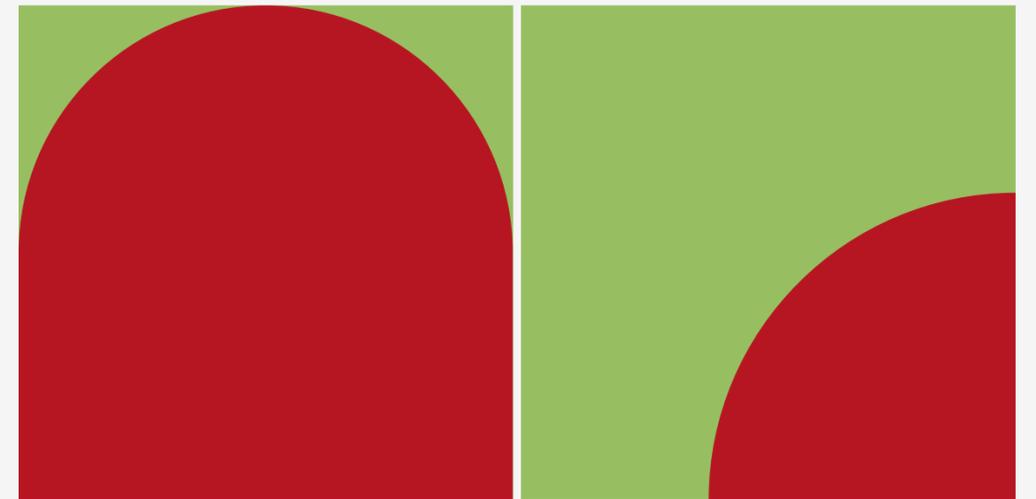
O Eixo 7 focou na educação comprometida com a justiça social, proteção da biodiversidade e desenvolvimento socioambiental sustentável. O documento enfatiza a importância de uma educação que promova a sustentabilidade ambiental e a qualidade de vida, enfrentando desigualdades e pobreza.



Eixo 7 – Desenvolvimento Socioambiental Sustentável

Análise Comparativa

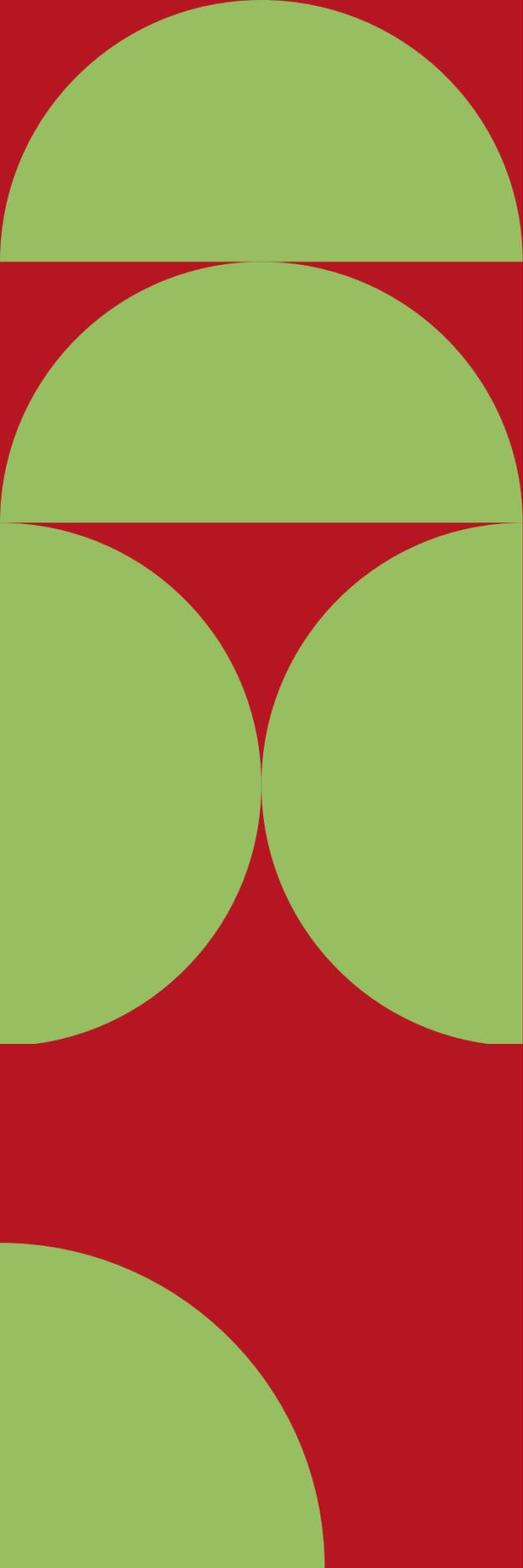
O Projeto de Lei trata a educação ambiental de forma imprecisa e insuficiente. É necessário incluir um novo objetivo voltado especificamente à educação ambiental, com metas, estratégias e prazos claros.



Recomendações

Eixo 1 – Sistema Nacional de Educação

- **Legislação:** Aprovar uma lei que institua o Sistema Nacional de Educação (SNE) no prazo de um ano após a aprovação do PNE.
- **Coordenação:** Estabelecer uma coordenação nacional para garantir a implementação do SNE, envolvendo União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- **Monitoramento e Avaliação:** Criar um sistema de monitoramento e avaliação contínuo, com participação de movimentos sociais e segmentos da sociedade civil.



Recomendações

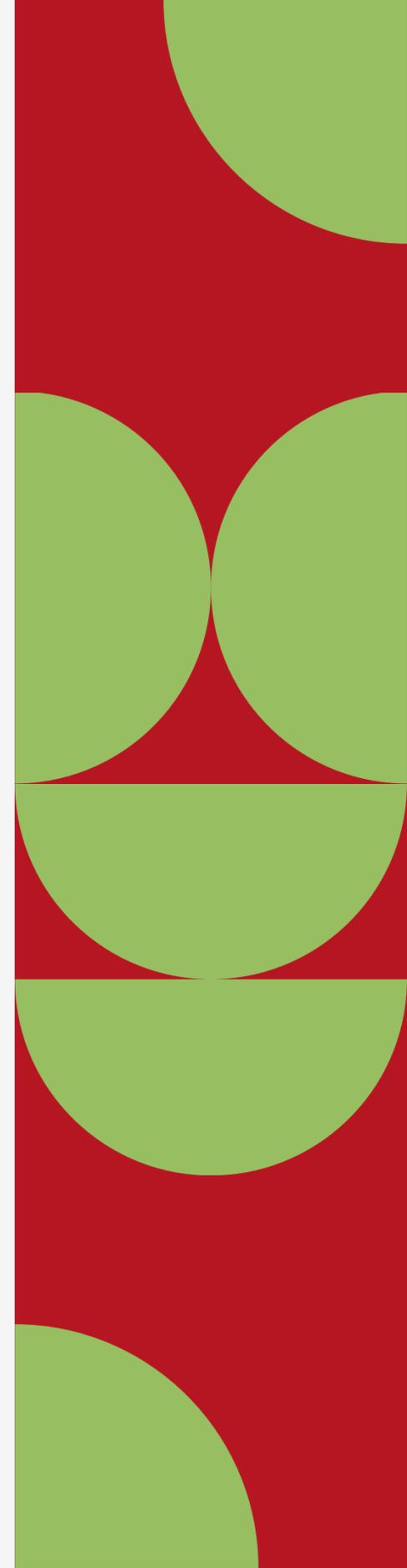
Eixo 2 – Acesso, Permanência e Conclusão

1. Educação Infantil: Desenvolver políticas de construção e reestruturação de creches e pré-escolas, com apoio técnico e financeiro da União.
2. Ensino Fundamental e Médio: Implementar políticas de busca ativa para crianças e adolescentes fora da escola e de prevenção à evasão escolar.
3. Educação Integral: Promover a educação integral com jornada escolar ampliada, incluindo atividades culturais, artísticas e esportivas.

Recomendações

Eixo 3 – Direitos Humanos e Diversidade

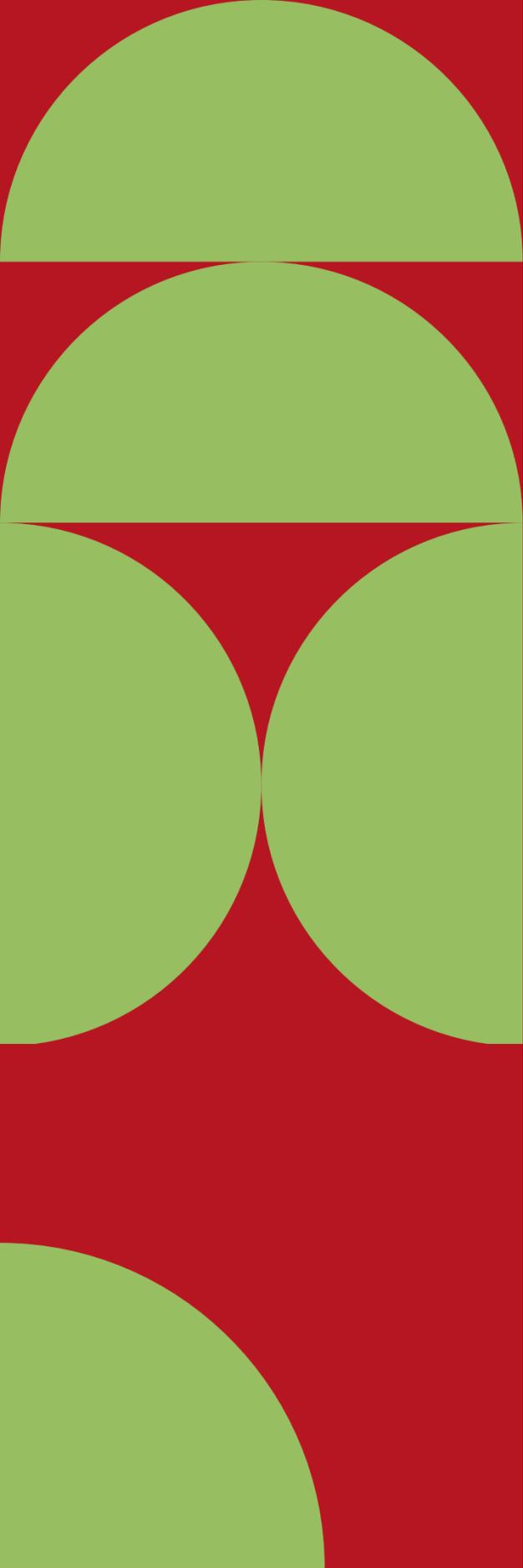
1. Educação Inclusiva: Garantir a formação continuada de professores para atender às necessidades dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades.
2. Combate às Desigualdades: Implementar políticas específicas para populações vulneráveis, como indígenas, quilombolas, LGBTQIAPN+, entre outros.
3. Participação Social: Fortalecer a participação da comunidade escolar na construção de projetos pedagógicos que promovam a diversidade e a inclusão.



Recomendações

Eixo 4 – Gestão Democrática e Participação

- Fortalecimento da Gestão Democrática: Criar metas específicas para assegurar a criação e fortalecimento de espaços participativos como grêmios estudantis e associações de pais e mestres.
- Eleição de Diretores: Estabelecer critérios claros para a eleição direta de diretores escolares, respeitando as especificidades dos povos tradicionais e originários.
- Formação Continuada: Oferecer formação continuada para membros de conselhos e fóruns de educação.



Recomendações

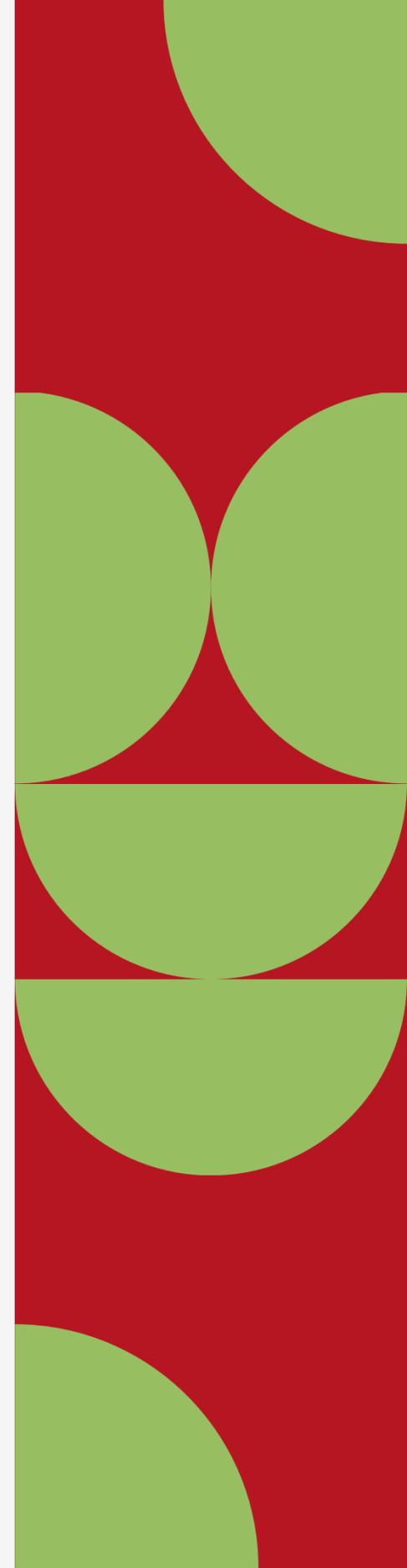
Eixo 5 – Valorização de Profissionais Educação

1. Formação e Carreira: Garantir a formação inicial e continuada de qualidade, piso salarial, carreira e condições de trabalho adequadas para os profissionais da educação.
2. Saúde e Bem-Estar: Instituir políticas intersetoriais para promover a saúde e a integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação.
3. Concurso Público: Realizar concursos públicos periódicos para ingresso na carreira docente.

Recomendações

Eixo 6 – Financiamento Público

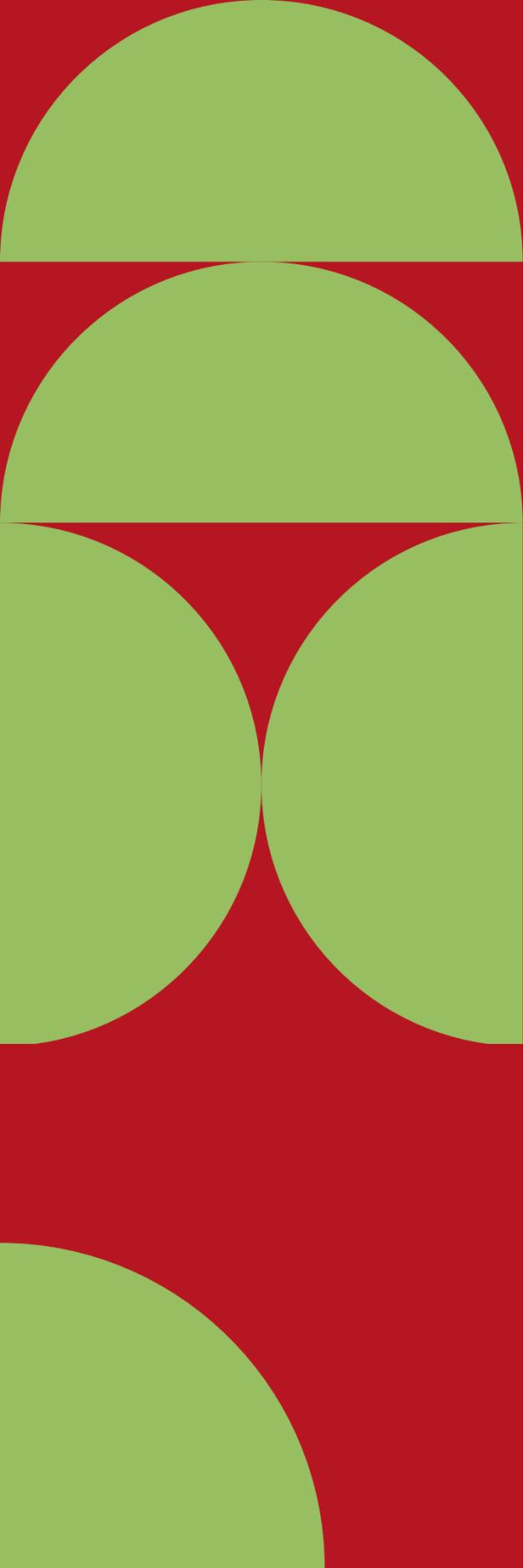
1. Investimento em Educação: Ampliar o investimento público em educação para atingir 10% do PIB ao final do decênio, com metas intermediárias de 7% até o sexto ano de vigência do PNE.
2. Custo Aluno Qualidade (CAQ): Implementar o CAQ como referência para o padrão nacional de qualidade na educação básica.
3. Fontes de Financiamento: Definir claramente as fontes de financiamento, incluindo impostos, contribuições e compensações financeiras pela exploração de recursos naturais.



Recomendações

Eixo 7 – Desenvolvimento Socioambiental Sustentável

- Educação Ambiental: Incluir um novo objetivo voltado especificamente à educação ambiental, com metas, estratégias e prazos claros.
- Sustentabilidade: Promover políticas educacionais que incentivem práticas socioambientais sustentáveis em todas as instituições de ensino.



Conclusão

O documento de análise do FNE destaca a importância de um PNE que promova a educação de qualidade, equidade e justiça social. Embora o Projeto de Lei apresente avanços em relação ao documento da Conae, há lacunas e retrocessos que precisam ser abordados. É fundamental garantir a participação social, a valorização dos profissionais da educação, o financiamento adequado e a promoção de uma educação socioambiental sustentável.

Dúvidas?

Roberta Guedes

Email

educacaobasica@anec.org.br

